



DESAFIOS DECOLONIAIS NA PESQUISA E EDUCAÇÃO COM MULHERES

DESAFÍOS DECOLONIALES EN LA INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN CON MUJERES

DECOLONIAL CHALLENGES IN RESEARCH AND EDUCATION WITH WOMEN

Vanessa Nogueira¹,

Larissa Ferreira²

Caroline Paes³

Resumo:

Este ensaio aborda a importância de compreender a colonialidade para entender as dinâmicas de poder que influenciam as sociedades contemporâneas, ressaltando como essa compreensão é crucial no contexto da pesquisa e educação com mulheres. Destaca-se a necessidade de adotar perspectivas decoloniais que desafiem o eurocentrismo, valorizando epistemologias e vivências locais para promover uma sociedade mais justa. A colonialidade, manifestada nas dimensões do poder, saber e gênero, perpetua desigualdades, sendo essencial a adoção de métodos que permitam a expressão autêntica das experiências femininas. O ensaio enfatiza a importância de uma postura dialógica e comprometida na pesquisa, baseada no amor e na busca pela dignidade humana, para construir conhecimento libertador. Ao explorar a caracterização da colonialidade e seu impacto nas mulheres, o ensaio discute como a decolonialidade e a educação libertadora podem informar e enriquecer a pesquisa e educação com mulheres, desafiando a colonialidade e trabalhando para construir um mundo mais inclusivo e justo.

Palavras-chave: colonialidade; mulher; educação; decolonialidade.

¹ Bacharel em Administração e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <https://orcid.org/0000-0003-4178-7623>, e-mail: vanessa_gnoqueira@hotmail.com.

² Graduada em Gestão e Análise Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Especialista em Projetos Sociais e Políticas Públicas pelo Senac. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <https://orcid.org/0000-0002-4244-326X>, e-mail: larissa10ferreira@gmail.com.

³ Bacharel em Engenharia Civil e Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). <https://orcid.org/0000-0002-1330-9467>, e-mail: linepaes@gmail.com, e-mail: linepaes@gmail.com

Abstract:

This essay discusses the importance of understanding coloniality to understand the power dynamics that influences contemporary societies, highlighting how this understanding is crucial in the context of research and education with women. It emphasizes the need to adopt decolonial perspectives that challenge Eurocentrism, valuing local epistemologies and experiences to promote a fairer society. Coloniality, manifested in the dimensions of power, knowledge, and gender, perpetuates inequalities, making it essential to adopt methods that allow for the authentic expression of women's experiences. This essay emphasizes the importance of a dialogical and committed stance in research, based on love and the pursuit of human dignity, to build liberating knowledge. By exploring the characterization of coloniality and its impact on women, the essay discusses how decoloniality and liberatory education can inform and enrich research and education with women, challenging coloniality and working to build a more inclusive and just world.

Keywords: coloniality; women; education; decoloniality.

Resumen:

Este ensayo aborda la importancia de comprender la colonialidad para entender las dinámicas de poder que influyen en las sociedades contemporáneas, resaltando cómo esta comprensión es crucial en el contexto de la investigación y educación con mujeres. Se destaca la necesidad de adoptar perspectivas decoloniales que desafíen el eurocentrismo, valorizando epistemologías y vivencias locales para promover una sociedad más justa. La colonialidad, manifestada en las dimensiones del poder, saber y género, perpetúa desigualdades, siendo esencial la adopción de métodos que permitan la expresión auténtica de las experiencias femeninas. El ensayo enfatiza la importancia de una postura dialógica y comprometida en la investigación, basada en el amor y en la búsqueda de la dignidad humana, para construir conocimiento liberador. Al explorar la caracterización de la colonialidad y su impacto en las mujeres, el ensayo discute cómo la decolonialidad y la educación liberadora pueden informar y enriquecer la investigación y educación con mujeres, desafiando la colonialidad y trabajando para construir un mundo más inclusivo y justo.

Palabras clave: colonialidad; mujeres; educación; decolonialidad.

Introdução

A compreensão da colonialidade é essencial para entendermos as dinâmicas de poder que moldam as sociedades contemporâneas. Desde os primórdios do colonialismo europeu, a imposição de valores, conhecimentos e hierarquias tem permeado todas as esferas da vida social, perpetuando desigualdades e opressões que persistem até os dias atuais. A colonialidade do poder, do saber e do gênero são algumas das dimensões desse legado colonial que continuam a afetar as mulheres significativamente.

No contexto da pesquisa e da educação com mulheres, surge a necessidade de adotar perspectivas decoloniais que desafiem os paradigmas eurocêntricos dominantes e valorizem as epistemologias e vivências locais. Essa abordagem visa dar voz às mulheres marginalizadas, reconhecendo suas experiências e conhecimentos como fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao realizar pesquisas com mulheres sob uma perspectiva decolonial, é fundamental priorizar métodos que permitam a expressão autêntica de suas vivências, como a valorização da oralidade. Além disso, é necessário "SULear" as práticas cotidianas e epistemológicas, reconhecendo a diversidade de experiências e conhecimentos produzidos no Sul Global.

No entanto, a pesquisa e a educação com mulheres não podem ser meramente observacionais ou instrumentalizadas. É preciso adotar uma postura dialógica e comprometida, baseada no amor ao próximo e na busca pela dignidade humana. Somente através do diálogo horizontal e da convivência respeitosa podemos construir conhecimento verdadeiramente libertador, capaz de transformar as estruturas de poder e promover a emancipação de todas as pessoas.

Neste ensaio, exploramos o que caracteriza a colonialidade, como afeta e atravessa a vida das mulheres, e então, como as perspectivas decoloniais e da educação libertadora podem informar e enriquecer a pesquisa e a educação com mulheres, destacando a importância de desafiar a colonialidade em todas as suas formas e trabalhar para construir um mundo mais inclusivo, igualitário e justo para todas as pessoas.

O que é a colonialidade?

Para falarmos de decolonialidade, em especial de pesquisas decoloniais, é importante entender antes o que é a colonialidade. A colonialidade representa um aspecto fundamental do modelo global de poder capitalista e atua em todos os níveis, formas e dimensões, tanto materiais quanto subjetivas, da vida social cotidiana e no contexto mais amplo da sociedade (Quijano, 2010).

A partir do “descobrimento” da América, a Europa, que era vista como uma cultura marginal comparada ao mundo muçulmano-turco, assume uma posição central espalhando seu sistema econômico, político e padrão cultural, ou seja, promovendo o capitalismo e impondo sua cultura (Dias, 2023). A colonialidade é uma complexa forma de dominação que ainda persiste atualmente. Para Dussel (2001), a chegada dos europeus à América desencadeou o nascimento da Modernidade, do Sistema-mundo, do capitalismo e da colonialidade, marcando o início de uma invasão tanto militar quanto cultural.

Essa combinação de eventos possibilitou que a Europa promovesse o eurocentrismo, uma ideologia que coloca a Europa Moderna - com sua civilização e cultura - como o epicentro da História Mundial. Sob essa visão, as demais culturas são vistas como periféricas, bárbaras e inferiores até que se assemelhem ou se adaptem aos padrões europeus. Assim, a dita modernidade se assemelha a colonialidade, é tida como sua “irmã gêmea” e se manifesta quando defensores do paradigma moderno-colonial se veem como modelos a serem seguidos para “desenvolver” os considerados inferiores e, ao mesmo tempo que ignoram as diversas outras formas de existência humana (Dias, 2023).

Para entender melhor o conceito de colonialidade, apresentamos também o conceito de colonialismo. O colonialismo refere-se ao sistema de ocupação e administração de territórios e povos, caracterizando-se pela dominação política e econômica, enquanto a colonialidade é uma condição e estrutura de poder que persiste além do período colonial, afetando as esferas do conhecimento, poder e ser. A colonialidade mantém a lógica da dominação em aspectos sociais, culturais e econômicos, mesmo após a independência das colônias (Chimakonam; Enyimba, 2022).

Colonialidade pode ser identificada em várias dimensões como colonialidade do poder, do saber, do gênero, entre outras.

A colonialidade do poder é a continuação das estruturas de poder que privilegiam a cultura, os valores e os conhecimentos dos colonizadores sobre os colonizados. Isso implica uma hierarquia racial e cultural que influencia as relações sociais, políticas e econômicas. De acordo com Quijano (2000), a colonialidade do poder se refere à persistência das estruturas de poder e das hierarquias raciais estabelecidas durante o período colonial, onde o europeu ‘branco’ assumiu controle exclusivo dos recursos de produção, capital, comercial e da força de trabalho. Essa estrutura transformou a Europa Ocidental - branca - no centro do capitalismo colonial/moderno e impôs uma classificação social “racial” redefinindo as identidades geoculturais e impondo a ideia de “raça” na distribuição do poder global (Quijano, 2000).

A colonialidade do saber foca na maneira como o conhecimento europeu foi imposto como universal e superior, marginalizando e desvalorizando os saberes, as línguas e as práticas culturais “outras”. Também se refere ao controle sobre a produção do conhecimento, tendo o “conhecimento científico” como o de único valor. As estruturas de poder colonial moldaram também os sistemas de conhecimento, educação e ciência, tornando a epistemologia ocidental eurocentrada no conhecimento dominante, marginalizando e desqualificando outras formas de saber, especialmente dos povos originários, não ocidentais e africanos (Araújo-Oliveira, 2014). Por meio dessa naturalização, as desigualdades, discriminações e desqualificações de culturas e povos

são justificadas, perpetuando uma visão de mundo que classifica determinados grupos como inferiores, bárbaros ou não civilizados. Sendo assim, a colonialidade do saber é um elemento que mantém as desigualdades globais e a perpetuação do legado colonial (Araújo-Oliveira, 2014).

Quando abordamos a colonialidade do gênero, devemos destacar como as dinâmicas de poder e dominação racial influenciam nas estruturas de gênero. Nos territórios coloniais, os homens brancos trouxeram as normas de comportamento sexual e organização familiar europeias que se baseavam na liberdade sexual masculina e na fidelidade feminina (Quijano, 2010). Assim, na articulação de gênero e raça, os povos colonizados, tinham sua humanidade negada e por extensão, as mulheres colonizadas são vistas como vazias e objetificadas uma vez que nenhuma mulher é colonizada e nenhuma fêmea colonizada é mulher (Lugones, 2014), sendo por vezes acesso sexual não remunerado de homens brancos (Quijano, 2010). A autora Lugones (2014) critica a visão limitada de gênero apenas em termos de acesso sexual às mulheres, buscando expandir a análise para incluir a imposição colonial de um sistema de gênero que é opressivo, racialmente diferenciado e hierárquico.

A colonialidade é entendida como um conceito "decolonial" e vista como uma resposta específica à globalização e ao pensamento global linear, originando-se nas histórias e sensibilidades da América do Sul e do Caribe, sendo um projeto que se posiciona como uma opção entre várias alternativas decoloniais, sem a pretensão de se tornar a única via (Mignolo, 2017).

Do surgimento da modernidade e colonialidade, surge também uma forma de resistência, a decolonialidade. Dias (2023) sintetiza a decolonialidade como

o ato concreto do "pequeno" contra o "grande", é a atitude de resistência, de reinvenção de formas de manter uma cultura viva, são as maneiras de desenvolvimento, distintas do desenvolvimento capitalista (predatório, logo, necrófilo), são formas outras de se relacionar com o ambiente, com as pessoas, com os grupos, com os povos, sem priorizar apenas a dimensão racional, mas também todas as demais dimensões próprias do ser humano, inclusive a espiritual e a estética, comumente negligenciadas pelo paradigma moderno-colonial (Dias, 2023, p. 7).

Assim, a decolonialidade nos desafia a reconhecer e valorizar a pluralidade de saberes e epistemologias como parte essencial da descolonização do conhecimento e da promoção de uma sociedade mais justa e igualitária (Araújo-Oliveira, 2014).

Santos (2018) destaca a importância da "desobediência epistêmica" e argumenta que sem essa desobediência, não é possível contestar a colonialidade. Sem contestar a colonialidade não se pode desafiar as diversas formas de desigualdade e discriminação que emergem da dicotomia fundamental do paradigma europeu moderno - humano versus não humano. Isso inclui a distinção entre quem é considerado apto para contribuir com o conhecimento versus quem é objetificado por ele; entre quem tem o direito de ser ouvido versus quem é forçado ao silêncio; e entre quem merece viver versus aqueles cujas vidas e corpos são considerados insignificantes (Santos, 2018). A desobediência

epistêmica nos permite embarcar em uma jornada para recriar trajetórias, dismantelar conhecimentos estabelecidos e reavaliar certas "descobertas" em nossos estudos (Santos, 2018).

Mulheres e colonialidade

A história das mulheres é uma narrativa vasta e multifacetada que abrange séculos de lutas, resistência e conquistas. Desde os primórdios da humanidade, as mulheres desempenharam papéis essenciais na sociedade, mesmo quando suas contribuições foram subestimadas ou negligenciadas. Ao longo dos séculos, as mulheres enfrentaram uma série de desafios, desde restrições sociais e legais até discriminação e violência. No entanto, em meio a essas adversidades, elas demonstraram uma notável resiliência e determinação em buscar a igualdade e o reconhecimento de seus direitos.

Uma figura seminal na história das mulheres é Simone de Beauvoir (2019), cujo trabalho "O Segundo Sexo" desafiou as noções tradicionais sobre gênero e lançou as bases para o feminismo contemporâneo. Publicado em 1949, este livro é uma exploração profunda das origens da opressão das mulheres e da necessidade de sua emancipação. Beauvoir argumentou que as mulheres foram historicamente relegadas a uma posição de "Outro" em relação aos homens, e que a libertação feminina exigia uma transformação fundamental nas estruturas sociais e nas percepções culturais.

Além de Beauvoir, muitas outras mulheres ao longo da história fizeram contribuições significativas para o avanço das conquistas de direitos. A filósofa e teórica queer Judith Butler, em suas obras, também contribuiu significativamente para a compreensão das questões de gênero e identidade, fornecendo uma lente crítica através da qual podemos examinar a experiência das mulheres. Butler (2019) argumenta que a própria noção de mulher é uma construção fluida e contestada. Ela destaca a diversidade de experiências dentro da categoria "mulher" e reconhece as interseções com outras formas de opressão, como raça, classe, sexualidade e habilidade. As mulheres não são um grupo homogêneo, e é importante reconhecer e valorizar essa diversidade em nossas discussões sobre gênero e história.

Ao aplicar essa perspectiva à história das mulheres, podemos ver como as normas de gênero moldaram e continuam a moldar suas vidas. Por séculos, as mulheres foram relegadas a papéis domésticos e subordinadas aos homens em muitas sociedades ao redor do mundo. Suas contribuições para a política, ciência, arte e cultura foram frequentemente negligenciadas ou apagadas. No entanto, as mulheres resistem a essas restrições e lutado por sua autonomia e igualdade.

Movimentos feministas ao longo da história, como o sufrágismo do século XIX e o movimento feminista contemporâneo, têm desafiado ativamente as normas de gênero e trabalhado para garantir direitos iguais para as mulheres. No entanto, apesar do progresso que foi feito, as mulheres continuam a enfrentar desafios significativos em todo o mundo, desde disparidades salariais até violência de gênero e discriminação. O trabalho de teóricas feministas como Judith Butler nos lembra da importância de

questionar as normas de gênero e trabalhar para criar uma sociedade mais inclusiva e igualitária para todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. A história das mulheres é uma história de resistência, resiliência e luta por justiça e igualdade.

No entanto, apesar do progresso significativo, as mulheres ainda enfrentam desafios persistentes, incluindo disparidades salariais, violência de gênero e sub-representação em cargos de liderança. Portanto, a história das mulheres é uma história de luta contínua e resistência, mas também de triunfos e realizações extraordinárias. É uma história que merece ser contada e celebrada, ao inspirar e capacitar as gerações futuras a continuar avançando em direção a um mundo mais igualitário e justo para todos. Para Gonzalez (2020, p. 249),

a emergência desse tipo de feminismo sexista no interior do nosso movimento é importante justamente porque ele evidencia aspectos que as exigências da luta apontam como inaceitáveis. Vejamos alguns deles: a) os efeitos da internalização da ideologia do embranquecimento, que remetem a oportunismos e manipulações típicos do velho paternalismo eurocêntrico das oligarquias brasileiras; b) a consequente afirmação/reprodução/perpetuação do mito da democracia racial; c) a aceitação/manutenção do chavão machista de que política é coisa de homem; d) a identificação com um tipo de feminismo ocidental-branco, já devidamente denunciado por seu imperialismo cultural; e) o pseudoconhecimento das lutas da mulher negra, dada a reprodução de categorias que, de tão aprisionantes, acabam por revelar um desconhecimento real dessas lutas; f) falta de identidade própria etc.

A colonialidade, como um legado do colonialismo europeu, permeia profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais ao redor do mundo, afetando as mulheres de maneira significativa. O eurocentrismo, como uma ideologia que coloca a Europa e seus valores como padrão universal, contribui para a marginalização e subjugação das mulheres em diferentes sociedades.

Em um contexto global, as mulheres são frequentemente submetidas a sistemas patriarcais que foram estabelecidos e mantidos durante o período colonial. A imposição de ideias eurocêntricas sobre feminilidade e masculinidade contribui para a perpetuação de normas de gênero opressivas, que limitam o acesso das mulheres a recursos, poder e autonomia. Além disso, a exploração econômica durante a era colonial relegava frequentemente as mulheres a papéis subalternos na produção e reprodução da força de trabalho, resultando em desigualdades econômicas de gênero que persistem até os dias atuais. Para Lugones (2014, p. 941),

a colonialidade do gênero permite-me compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado. Como tal, quero compreender aquele/a que resiste como oprimido/a pela construção colonizadora do lócus fraturado. Mas a colonialidade do gênero esconde aquele/a que resiste como um/uma nativo/a, plenamente informado/a, de

comunidades que sofrem ataques cataclísmicos. Assim, a colonialidade do gênero é só um ingrediente ativo na história de quem resiste.

Quando se trata especificamente das mulheres latino-americanas, a colonialidade se manifesta de maneira única, considerando o impacto do colonialismo espanhol e português na região. As mulheres latino-americanas enfrentam não apenas as estruturas patriarcais impostas pelo eurocentrismo, mas também carregam o peso das hierarquias raciais e étnicas estabelecidas durante o período colonial. A marginalização das mulheres indígenas, afrodescendentes e de outras minorias é agravada pela interseção de gênero, raça e classe, resultando em uma opressão multifacetada. Como dito por Lugones (2014, p. 942), “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero às colonizadas”.

No entanto, a decolonialidade oferece um caminho para desafiar e resistir a essas estruturas de opressão. Ao questionar as narrativas eurocêntricas dominantes e reconhecer as diversas formas de conhecimento e experiência, a decolonialidade permite que as mulheres reivindiquem suas identidades e agências. Promover uma perspectiva decolonial significa valorizar as vozes e experiências das mulheres marginalizadas, desafiando as normas de gênero e criando espaços para a expressão de uma feminilidade diversa e autêntica.

Além disso, a decolonialidade visa redistribuir o poder e os recursos de maneira mais equitativa, reconhecendo e reparando as injustiças históricas cometidas contra as mulheres e suas comunidades. Isso inclui o acesso à educação, saúde, emprego digno e participação política. Ao descolonizar as estruturas sociais, econômicas e culturais, as mulheres podem encontrar liberdade e autonomia para moldar seus próprios destinos e contribuir para a construção de sociedades mais justas e inclusivas para todas as pessoas.

Pesquisar com mulheres a partir de perspectivas decoloniais e da educação libertadora

A compreensão crítica de como a colonialidade ainda estrutura as dinâmicas de poder e as relações entre as pessoas na América Latina possibilita visualizar outras perspectivas de mundo, as quais partem do reconhecimento da importância de uma educação libertadora, do pensamento decolonial e que priorize as relações Sul-Sul.

Então, no contexto da educação e pesquisa com mulheres, as quais são atravessadas por diversas violências e opressões citadas anteriormente, pode-se fazer a seguinte pergunta: como pesquisar com mulheres a partir de perspectivas decoloniais e da educação libertadora?

Para Costa Júnior e Ude (2019), é necessário o “salto decolonial”, o qual a partir do entendimento de que existe um modelo hegemônico capitalista que apresenta uma

narrativa única e faz com que as pessoas queiram pertencer a esse modo de vida, o salto é para reconhecer a existência de outras epistemologias, não-lineares e que apresentam diversidades de ser e estar no mundo.

Epistemologias que não são centradas nas perspectivas eurocêntricas, mas em práticas socioculturais de povos “afro-pindorâmicos” que possuem outras maneiras de construir conhecimentos e dialogar umas/uns com as/os outras(os), por exemplo, pela oralidade (Costa Júnior; Ude, 2019).

Assim, ao realizar pesquisas com mulheres na perspectiva decolonial, pode-se dar prioridade para técnicas de coletas de dados que permitam que as mulheres expressem suas perspectivas e modos de estar no mundo pela oralidade. Oralidade esta, não apenas priorizada na coleta de dados, mas também enquanto elemento fundamental para compreender como as mulheres constituem-se a partir dela (Machado, 2018).

Por exemplo, no contexto de mulheres que vivem em privação de liberdade, como a oralidade contribui para a construção de seus saberes? Ou então, no contexto de mulheres que vivem em periferias populares urbanas, como a oralidade permeia suas vivências coletivas?

Ainda, no que diz respeito às perspectivas decoloniais, Campos (2019) aborda a necessidade de “SULear”, ou seja, dar visibilidade às referências do Sul, utilizando essa ótica para pautar reflexões a partir do Sul e com pensadoras e pensadores do Sul Global. O ponto de partida para o diálogo intercultural entre pensadoras e pensadores “Sul-Sul” é justamente o reconhecimento da opressão da cultura periférica pela cultura ocidental dominante (Dussel, 2016). O conceito “SULear” é compreendido como uma ferramenta que pode promover a emancipação, pois ao trazer em perspectiva a produção de conhecimentos a partir de pensadoras(es) do Sul Global, coloca em pauta a necessidade da construção de um conhecimento contextualizado a partir das vivências locais (Campos, 2019).

Vivências estas que necessitam ser pensadas a partir do nível local, pois se aproximam da realidade de pessoas colocadas em lugar de subalternidade, tais como, mulheres periféricas e/ou em privação de liberdade, em vez de assumir as categorias que resultantes da colonialidade, como de gênero, raça e classe (Queiroz; Toneli, 2023).

Tais categorias são resultantes da colonialidade, pois reduzem as experiências das pessoas colonizadas às categorias universais e hierárquicas, que pouco aprofundam as complexidades e interseccionalidades que atravessam as pessoas (Queiroz; Toneli, 2023). Porém, ressalta-se que, apesar dessas categorias simplificarem o modo de ser de maneira universalizante, são complexas, pois não afetam as mulheres da mesma forma.

Como aponta Saffioti (2011, p. 115) existem fatores que tornam a situação de algumas mulheres mais desiguais do que as de outras:

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2011, p. 115).

Deste modo, reforça-se a necessidade de SULear práticas cotidianas e epistemológicas para que mudanças significativas no campo cultural e científico ocorram (Costa Júnior;

Ude, 2019). E na educação e pesquisa, além da construção de conhecimentos contextualizados a partir das vivências locais e a valorização da oralidade, pode-se reconhecer que é necessária uma mudança na postura da(o) pesquisador(a) e/ou educador(a).

A pesquisa com compromisso humanizador, como aponta Oliveira et al. (2014), para além da identificação de experiências, consiste em “viver experiências junto com outras pessoas e produzir conhecimento científico nessa convivência” (Oliveira et al., 2014, p. 130).

Conhecimento que não é produzido a partir do saber “sobre as mulheres”, “para as mulheres”, ou até mesmo “com as mulheres”, mas é construído a partir da relação da pessoa pesquisadora com elas, ou seja, da experiência de quem pesquisa em convivência com as mulheres (Queiroz; Prado, 2022).

Ainda, para a convivência é necessária uma postura dialógica, na qual, de acordo com Freire (2020), não é possível de acontecer se não houver um profundo amor ao mundo e às pessoas. Em uma relação horizontal entre pesquisador(a) e/ou educador(a) e o grupo de mulheres com as quais são desenvolvidas a pesquisa e/ou trabalho educativo, o diálogo necessita de amor, humildade, fé nas pessoas, esperança e pensamento crítico (Freire, 2020).

Sem o diálogo não é possível estabelecer uma comunicação e sem esta não existe uma educação que seja verdadeiramente libertadora (Freire, 2020). Portanto, faz-se necessária a convivência dialógica, na qual o convívio possibilita o compartilhamento de ideias, percepções e sentimentos, assim como, perceber situações vivenciadas enquanto pesquisador(a) e como participante do processo, alterando-se a lógica hegemônica, ou seja, subordinando a ciência à dignidade humana (Oliveira et al., 2014).

Assim, a pessoa que pesquisa e educa, ao reconhecer a leitura de mundo feita pelos grupos populares, tais como, um grupo de mulheres, está demonstrando respeito ao contexto cultural que esse grupo vive (Freire, 2005). O que não significa omitir a leitura de mundo da pessoa que está no papel de pesquisadora/educadora, mas compartilhar as diversas leituras de mundo que existem (Freire, 2005).

Além da convivência dialógica, a pesquisa e/ou os processos educadores com mulheres implica em promover processos de desalienação em relação às violências e opressões que sofrem. Para Fiori (2014), nem a dominação mais severa pode coisificar os seres humanos por completo, pois sempre existe algo que permanece de subjetividade, e a possibilidade de a consciência resgatar os processos de historicização e práxis, que em contextos de dominação, práxis esta que possui o sentido da libertação.

Segundo Fiori (2014), a consciência, capaz de promover processos de desalienação, é um movimento dinâmico, o qual os seres humanos significam o mundo, fazendo isso, se reencontram, e reencontrando-se, ressignificam o mundo. Ainda de acordo com Fiori (2014, p. 70):

Ao desalienar-se, retoma, reflexivamente, livremente, o movimento de constituição de sua consciência como existência: conscientiza-se. A conscientização não é exigência prévia para a luta de libertação, é a própria luta. O retomar da consciência se identifica com a reconquista do mundo: em práxis libertadoras.

Para uma educação libertadora é necessário o comprometimento com a participação ativa das pessoas na produção do mundo e de si mesmas (Fiori, 1991), sendo que a pesquisa com mulheres, nessa perspectiva, também possibilita que as mulheres colaboradoras da pesquisa compreendam os diversos aspectos que atravessam suas vidas e, a partir disso, pensar e agir de maneira mais crítica frente à realidade.

Considerações finais

Este ensaio explora as complexidades da decolonialidade e suas manifestações na vida das mulheres, destacando a importância de adotar abordagens decoloniais e da educação libertadora para enfrentar estruturas de poder que perpetuam desigualdades e opressões.

Como já destacado anteriormente, além das profundas desigualdades e injustiças sociais legadas pelo colonialismo, existe uma herança epistemológica do eurocentrismo que nos limita na compreensão do mundo a partir dessas perspectivas (Lander et al., 2005). O pensamento humano se manifesta em todas as regiões onde diferentes povos e culturas floresceram, resultando em uma grande riqueza de diversidade epistêmica (Lander et al., 2005).

É preciso romper com o legado colonial e pesquisar a partir de uma nova perspectiva, com experiências outras. Adotar uma abordagem decolonial nos possibilita dar atenção a vozes e histórias que foram, ao longo do tempo silenciadas, escondidas ou excluídas dos espaços de debate, poder, e do processo de criação e disseminação de conhecimento (Dias; De Castro, 2020).

A pesquisa e a educação com mulheres, sob uma perspectiva decolonial, oferece uma via potente para a transformação social, pois permite a valorização das epistemologias e vivências outras, desafiando os paradigmas eurocêntricos dominantes. A luta das mulheres contra a colonialidade é inseparável da luta por justiça social, igualdade de gênero e decolonialidade. À medida que continuamos a desafiar e desmantelar os sistemas coloniais, é essencial reconhecer e valorizar as vozes, experiências e contribuições das mulheres em todos os aspectos do processo de transformação e construção de um mundo mais justo e equitativo.

A decolonialidade não é apenas uma crítica à colonialidade, mas também uma proposta ativa de resistência e reinvenção de mundo onde a diversidade de saberes e existências é valorizada. Por isso a necessidade de uma “desobediência epistêmica” (Santos, 2018).

Referências

ARAÚJO-OLIVERA, S. S. Exterioridade: o outro como critério. In: OLIVEIRA, m. W.; SOUSA,

- F. R. (org.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 47-112.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAMPOS, M. D'One. Por que Sulear? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. **Revista Interdisciplinar SULEAR**. N. 2, 2019, p. 10-35.
- CHIMAKONAM, J. O.; ENYIMBA, M. Globalisation and the challenge of coloniality of power. **South African Journal of International Affairs**, v. 29, n. 2, p. 119-138, 2022.
- COSTA JÚNIOR, J.; UDE, W. Educação afrodiaspórica e transformações na prática universitária: o SULEar como uma perspectiva decolonial entre saberes. **Revista Interdisciplinar Sulear**, v. 2, p.163- 180, 2019.
- DIAS, A. D. S. Pesquisas decoloniais: em vista de práxis científicas. **Interritórios**, Caruaru, v. 9, n. 18, 2023.
- DIAS, L. de O.; DE CASTRO, A. L. M. Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro. Monções: **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 9, n. 17, p. 535-561, 2020.
- DUSSEL, E. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.
- DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1. p. 51 - 73, 2016.
- FIORI, E. M. Conscientização e Educação. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2014. p. 55-72.
- FIORI, E. M. Educação Libertadora. In: **Textos escolhidos**: educação e Política, v. II. Porto Alegre: L&PM, 1991, p. 83-95.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 12^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 83-154.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 73a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GONZALEZ, L. **Por uma feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- LANDER, E. et al. (Ed.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.
- MACHADO, F. P. Feminismo em contextos rurais: trajetórias de vida e de luta de mulheres

sem-terra a partir das narrativas orais. In: **XIV Encontro Nacional de História Oral**, 2018, Campinas. Anais eletrônicos. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em: <https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares#F>. Acesso em 29 de fevereiro de 2024.

OLIVEIRA, M. W.; RIBEIRO JUNIOR, D.; SILVA, D. V. C.; SOUSA, F. R.; VASCONCELOS, V. O. Pesquisando processos educativos em práticas sociais: reflexões e proposições teórico-metodológicas. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. (Org.). **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 113-141.

QUEIROZ, I. S.; TONELI, M. J. F. Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos. **Periódicus**, v. 1, n. 19, p. 134-150, 2023.

QUEIROZ, I. S. de; PRADO, M. A. M. Gênero, drogas e cuidado: normalização e singularidade nas práticas de saúde. **Athenea Digital**, v. 22, n. 2, 2022.

QUIJANO, A. Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. **International sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, V. M. dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, 2018.

Recebido em: 03/03/2024

Aprovado em: 25/07/2024